

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA
Ata da 13ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 07 de Junho de 2018	Local: Funbio, Rua Voluntários da Pátria, Nº 286, 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro. CEP. 22270-014
Horário: 10:00 até 16:00 hs	
Número total de participantes: Número De Membros Institucionais: 05 Número De Membros Corporativos: 01 Número De Membros Individuais: 0 Membros Do Governo: 01 Número de outros participantes 1) Consultor intrínseco – ICMBio: Paulo Carneiro 2) Secretaria e outros observadores: 16 Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Antônio Paulo de Azevedo Sodré	

Agenda do dia:

1. Boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião, agenda do dia.
2. Apresentação de Luis Souza: indicado a substituto da representação de Paulo Sodré no CFT.
3. Proposta de agenda para visitas técnicas aos OGs estaduais.
4. Processos de criação de UCs:
 - Atualização do status;
 - Acompanhamento do CFT nos processos de criação.
5. Alterações MOP:
 - Adesão de UCs criadas com apoio do ARPA;
 - Descrição dos tipos de contrapartida governamental.
6. Alterações MOP
 - Proposições encaminhadas pelos membros do CFT.
7. Deliberação de encaminhamento dado na 2ª reunião ordinária do CFT, em 03 de agosto de 2017: *"... o desconto referente à condição de desembolso nº 8 (criação) ficará suspenso até maio de 2018, quando a regra prevista no MOP será novamente aplicada com base nos avanços em criação nesse período."*
8. Modelo de custos:
 - Formalização da Comissão para definição do cenário de projeção do modelo de custos.
9. Atualização sobre execução e inovações:
 - Contratação de pessoal física;
 - Cartão Combustível;
 - Plataforma de Compras;
 - Passagens aéreas;
 - Newsletter do Programa Arpa;
 - Escritório Brasília;
 - Aporte de pessoal na equipe de compras;
 - Contratação de funcionários para o escritório de Brasília (Apoio ao MMA).
10. Atualização sobre a contratação do gestor de ativos internacionais.
11. Atualização sobre programa Paisagens Sustentáveis (doação GEF).
12. Propostas de captação de recursos para o FT.
 - Proposta BNDES.
 - Projeto COPÁBAS – Noruega.
13. Apresentação Anglo American.
 - Panorama geral da atuação da Anglo American no território brasileiro, com foco na Amazônia Legal.
 - Reporte sobre o incidente da Anglo American Brasil: vazamento mineroduto Minas-Rio
14. Discussão sobre nova rodada de captações privadas:
 - Reunião com Marina Grossi;
 - Apresentação de possíveis empresas para captação privada, contemplando a diversidade de setores empresariais e ausência de interesse na região amazônica.
15. Estratégia de comunicação do Programa ARPA.
16. Eleição para presidência CFT.
17. Encerramento.

I. INTRODUÇÃO: BOAS VINDAS, ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES DA ÚLTIMA REUNIÃO, AGENDA DO DIA

Paulo Sodré inicia a reunião agradecendo a oportunidade de poder colaborar para o desenvolvimento de um programa como o ARPA e pelo aprendizado durante os quatro anos de mandato à frente do CFT. Rosa Lemos agradece em nome de todos os doadores e parceiros do Programa, por todo o apoio e dedicação de Paulo Sodré durante o tempo em que esteve à frente da presidência do CFT. Uma placa foi entregue a Paulo Sodré em homenagem a sua atuação no Programa Arpa.

II. APRESENTAÇÃO DE LUIS SOUZA, INDICADO A SUBSTITUTO DA REPRESENTAÇÃO DE PAULO SODRÉ NO CFT

Paulo Sodré detalha a agenda do dia para os presentes e dá continuidade à reunião apresentando Luis Antonio Semeghini de Souza, advogado, responsável pelo corpo jurídico de assuntos relacionados ao conselho do WWF e candidato a sucessor de sua vaga de Presidente do CFT.

III. PROPOSTA DE AGENDA PARA VISITAS TÉCNICAS AOS OGS ESTADUAIS

A apresentação do MMA é realizada por Mariana Pereira, coordenadora do Departamento de Áreas Protegidas (DAP). Sua fala inicia com a informação de que o MMA tem estado cada vez mais perto dos estados, por meio de articulação do Secretário de Meio Ambiente José Pedro e do atual Ministro de Meio Ambiente Edson Duarte, junto as secretarias do meio ambiente estaduais.

Este acompanhamento tem sido feito de forma especial junto as Secretarias de Meio Ambiente do AM e RO, para reafirmar os compromissos desses estados com o Programa tal como, contrapartida, acompanhamento da execução financeira, atendimento das questões de equipe e andamento dos processos de criação apoiados.

A proposta é estender este contato com os demais estados, por isso foi organizada uma agenda de visitas, e a primeira está prevista para segunda semana de agosto, entre os dias 06 a 10, iniciando pelo Mato Grosso. Em seguida, a visita se estenderá, ainda em agosto, para o estado do Amapá. A escolha destes estados levou em consideração o prazo para consolidação das UCs (2019) frente à baixa execução financeira e grande rotatividade de gestores relatada durante o último Fórum Técnico, realizado em 22 de maio de 2018, em Brasília.

Christian Lauerhass destacou que o Funbio tem um acordo com o KfW para realizar auditoria a 5% das UCs/ano, o que ainda não foi realizado pois as UCs mudaram para o FT no ano passado, e questiona se há a intenção de aproveitar as visitas do MMA para cumprir esta agenda.

Rosa Lemos responde detalhando a auditoria de 5% das UCs será contratada e as visitas realizadas no âmbito desta contratação, em separado das visitas do MMA, pois não são agendas completamente convergentes. Mariana Pereira esclarece que as visitas do MMA se tratam de aproximação política com os estados, visando o entendimento e cumprimentos dos acordos e não uma auditoria conforme relatado.

Adriana Moreira enfatiza que a proposta de visita do Governo aos estados começou com a intenção de reafirmar os compromissos com a criação de áreas protegidas e o alcance de metas do Arpa. O Banco Mundial sempre trabalhou num processo de supervisão dos doadores, e irá retomar essas missões de supervisão técnica, com o a vigência do GEF-Paisagens, no âmbito do componente 1. Além disso, informa que no início de 2019 será marcada uma missão técnica, não necessariamente em campo, que será focada tanto na gestão financeira como na execução dos

recursos definidos para o Programa. **Adriana Moreira vai fazer convite aos representantes do CFT para que participem da missão técnica do GEF, no 1º semestre de 2019.**

Maurício Voivodic (WWF), pergunta como será a programação e se serão gerados relatórios das visitas realizadas. Mariana Pereira informa que o primeiro contato foi feito através de ofício com os estados e será gerado um relatório conclusivo de cada visita.

Manoel Serrão (Funbio), menciona que com relação à baixa execução, o Mato Grosso tem um secretário que é técnico ambiental e se mostra favorável aos ajustes necessários para otimizar a execução das UCs do Estado. Já no Amapá, a situação é um pouco mais difícil, considerando que a pessoa que assumiu a secretaria teria uma visão muito divergente do uso dos recursos do Programa com indicativos de mau uso de bens destinados à UC apoiada pelo Arpa.

Sobre o Amapá foi realizada uma discussão acerca do uso de bens fora das regras do Programa, onde Funbio, MMA e ICMBio apontaram estratégias e soluções com base nos documentos do Programa (MOP, ACTs e Termos de Doação). **Funbio e MMA ficaram de encaminhar o assunto junto a SEMA-AP.**

IV. PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE UCS:

- Atualização do status e Acompanhamento do CFT nos processos de criação.

O MMA inicia a fala resgatando a criação da RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi (área de 581.230 ha), cujo processo foi iniciado em 2001. Foram criadas também outras duas áreas contabilizando 2.7 milhões ha para meta de criação, resultando no alcance de 45,7% da meta (ver apresentação MMA).

Paulo Carneiro detalha a dificuldade inerente ao processo de criação devido à existência de terra indígena vizinha à UC, além de ressaltar que a área do baixo Rio Branco compõe um mosaico de áreas protegidas que em conjunto, o que facilita a gestão e manutenção das áreas de modo geral.

Atualmente, dos 16 Processos de criação sob responsabilidade do ICMBIO, 8 estão acontecendo com apoio do Arpa. Para os estados são 16 processos apoiados pelo Programa. Frente a essas perspectivas de criação, possivelmente serão criados 8 milhões de hectares de áreas, ultrapassando a meta estipulada pelo Programa (vide slide 13 da apresentação do MMA).

O MMA consultou o CFT se as UCs que receberam apoio indireto do ARPA podem ser contabilizadas para a meta de criação.

Foi deliberado pelo aceite de contabilização, dentro da meta do programa, das três UCs criadas sem o apoio, quais sejam: PN dos Campos Ferruginosos, RESEX de Itapetininga e a RESEX de Arapiranga-Tromai.

ALTERAÇÕES MOP:

- Adesão de UCs criadas com apoio do ARPA

De acordo com apresentação do MMA, a média de tempo de consolidação de uma UC é de 10 anos após sua criação. Com base nisto Mariana Pereira apresentou nova proposta de redação para o MOP, no que se refere ao apoio e consolidação de UCs que entram no Programa a partir de 2018.

Segue abaixo trecho sugerido para adição ao MOP:

“Para as UCs que vierem a ser apoiadas pelo Programa a partir de 2018 o prazo de consolidação será de 10 anos, sendo a aferição da consolidação das mesmas realizada tanto

pela FAUC como pelo SAMGe. Os marcos referenciais de consolidação para essas UCs serão, no mínimo:

- **PLANO DE MANEJO;**
- **FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO;**
- **PROTEÇÃO, AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS** (somente para marcos apoiados);
- **EQUIPE TÉCNICA, FORMADA POR 2 PESSOAS** (a equipe gestora conta com 2 ou mais funcionários, mas nenhum reside em municípios das sedes administrativas da unidade) inseridas ou não em agrupamentos gerenciais como NGL, UNA etc.)

O desempenho de consolidação das UCs apoiadas a partir de 2018 não será considerado para o cálculo do desembolso das demais UC que aderiram ao Programa ARPA até 2017 e deverão consolidar-se até 2019. "

Além desta, é apresentada outra proposta de alteração no MOP com relação à elegibilidade de novas UCs para receberem apoio do FT.

A redação anterior descreve que:

"Poderão receber recursos do FT, UCs apoiadas pelo Programa ARPA, até o limite de 60 milhões de hectares. Caso a área total das UCs do Programa ARPA atinja mais de 60 milhões de hectares, o FT deverá ser utilizado apenas para dar suporte a UCs até o limite de 60 milhões de hectares. Caberá ao CFT decidir quais UCs serão beneficiadas pelo FT e quais não serão, com base em recomendação do CP. Respeitadas as categorias elencadas acima, o CP poderá alterar as UCs do Programa ARPA, que estão listadas no Anexo 1.1. "

A nova proposta de redação considera a disponibilidade financeira dentro do FT e avaliação dessa oportunidade de apoio, feita pelo Comitê do Programa:

"Poderão receber recursos do FT as UCs criadas com apoio do ARPA ou que contabilizem para sua meta de criação, a partir do limite de 60 milhões de hectares, desde que haja disponibilidade financeira no Fundo de Transição para tal apoio. Identificada a disponibilidade de recursos pelo CFT, o CP deverá avaliar quanto a oportunidade de adesão destas UCs ao Programa. "

Segundo Mariana Pereira, as propostas fundamentam-se nos seguintes pontos: 1) as novas UCs apoiadas não se consolidariam em 2019; 2) seria preciso estabelecer os marcos referenciais mínimos para consolidação das novas UCs criadas; e 3) estas UCs não deveriam impactar o cálculo do desembolso das demais UCs do Programa.

Adriana Moreira esclarece que a divisão em graus 1 e 2 foi criada pelo próprio Programa visando abranger de forma mais equitativa muitas UCs em diferentes estágios de consolidação. O ARPA original era menor do que atualmente, inclusive essa definição de grau está sendo expandida para outros projetos/programas. Adriana Moreira propõe que não sejam reduzidas as áreas, mas sim, se aumente o investimento por meio da captação de novos recursos.

A partir de então foi dado início a uma discussão sobre pertinência e estratégias relativas a captação de recursos para apoio à entrada e consolidação de novas UCs no Programa. Foi mencionada a possibilidade de um *fundrasing* com foco na obtenção de novos doadores.

Os doadores concordaram com as novas propostas, desde que a entrada das novas UCs não coloque em ameaça a consolidação das que já fazem parte do ARPA e que a captação de recursos busque novas doações de outros financiadores que não aqueles que já compõem o FT.

Adriana Moreira propõe a criação de um grupo de trabalho para captação de novos recursos, como o GEF Paisagens, por exemplo.

Manoel Serrão menciona a importância de captação de novos recursos mediante alterações na estrutura atual de investimento do Programa, pois do contrário, seria absorvido um risco de não garantir as novas UCs em longo prazo. No ponto de vista estrutural do Arpa para Vida, acredita ser interessante a criação de um fundo adicional com a justificativa de que houve o crescimento de áreas protegidas e que assim estaria sendo garantindo o apoio a longo prazo, considerando também os novos arranjos de gestão e de financiamento, permitindo assim novos ajustes no modelo de custos.

Adriana Moreira menciona que o Programa ARPA é fortalecido até os dias de hoje devido ao arranjo da governança que possui, pois, o CFT é mais diversificado em termos de instâncias envolvidas, mas o CP sofre muito mais pressão do Governo.

O CFT avaliaria a disponibilização do recurso e o CP, com base no recurso disponível e a indicação do Painel Científico de Aconselhamento (PCA), define quais as UCs receberiam o apoio.

Christian Lauerhass argumenta que as decisões deveriam ser tomadas com base nos modelos de incremento de UCs no Programa. Além disso, ele questiona se a nova proposta de grau mínimo não estaria alterando o foco de qualidade para quantidade. Assim sendo, sugere reavaliar a manutenção apenas dos graus 1 e 2.

Paulo Sodré detalha que quando os marcos foram desenhados, não havia um Programa de monitoramento avançado como agora. E já era esperado que, devido ao grande esforço amostral para as ações de monitoramento, esse marco muito provavelmente não será pré-requisito para as novas UCs candidatas ao apoio do ARPA e vizinhas dessas que já recebem recurso.

Christian Lauerhass sugere então a inserção de um trecho adicional na definição de grau que não obrigue a UC a ter a implementação do monitoramento com pré-requisito, uma vez que haja uma UC próxima com monitoramento incorporado. Isso reduziria a complexidade de criação de um novo grau para o Programa. Isso valeria para novas áreas, acima dos 60 mi de hectares.

Luis Souza, concorda com Christian Lauerhass para uma readaptação prospectiva do grau 1, mas Mariana Pereira e Felipe Spina chamam a atenção para o fato de que essa readaptação poderia rebaixar o que antes foi definido como grau 1 para as outras UCs.

Paulo Sodré ressalta ser necessário que os doadores tenham ciência dos efeitos e cuidado nessa deliberação para que não haja um afrouxamento das regras já definidas, e que toda análise seja feita de forma minuciosa, devido às variações de câmbio e todas as instabilidades financeiras que influenciam no modelo.

Maurício Voivodic detalha que o processo de adesão de novas UCs ao ARPA será realizado com base na modelagem e na disponibilidade de recurso. O MMA e Funbio se encarregariam da revisão da modelagem e os membros do CFT avaliariam a modelagem e decidiriam o risco de apoio, ou não, a essas áreas em potencial. Em seguida, o Comitê do Programa deliberaria sobre as possíveis áreas para recebimento do apoio.

Paulo Sodré sugere uma avaliação da disponibilidade dos estados acompanharem o aumento de investimentos deles e gostaria de confirmar se o CFT não está se abstendo do poder de opinar sobre a entrada de novas áreas, previsto na versão atual do MOP.

Adriana Moreira apresenta que sua preocupação com relação à essa redação é que o CFT defina a disponibilidade do recurso e apenas o CP, com seu corpo técnico, delibere sobre quais UCs entrariam no Programa.

Maurício Voivodic sugere que o ideal para o aumento e apoio a novas áreas para além dos 60 mi seria por meio de *roadshows*, nova fase, novos arranjos de financiamento, ou seja, uma abordagem de financiamento distinta do que está em voga no FT atualmente.

Mariana Pereira enfatiza que não será uma alteração de inclusão de UCs de forma deliberativa, mas sim, uma abertura de oportunidade para que isso seja possível, de forma muito

bem alinhada e firmada com o setor público de que a contrapartida será muito maior do que o recurso privado devido justamente à estrutura atual do ARPA e seu modelo de custo.

Adriana Moreira pede para que o MMA deixe claro na redação a qualificação dessa contrapartida.

Foi deliberado que a entrada de novas UCs no Programa terá um grau adaptado para elas (grau mínimo) e não haverá um rebaixamento do grau 1 para adesão de novas áreas protegidas; as novas UCs terão um prazo diferente para consolidação; e não impactarão negativamente o cálculo para desembolso de recurso para as UCs já pertencentes ao ARPA.

Encaminhamento para MMA é revisar a redação do trecho sobre a adesão de novas UCs ao ARPA, buscando deixar evidente que a inclusão não acontecerá de forma deliberativa, mas que será analisada de forma distinta, caso a caso, mediante à disponibilidade de recurso.

- Descrição dos tipos de contrapartida governamental

A UCP apresentou proposta de nova redação para a Condição de desembolso (CD) nº 9 do MOP buscando ampliar fontes elegíveis para reporte como contrapartida, além de indicar que origem do recurso de contrapartida e para onde está sendo direcionado.

Redação anterior:

Durante o período anterior (dois anos) cada OG utiliza um valor médio mínimo, especificado por ano, para as UCs do ARPA, de todas as fontes financeiras de não-doadores (ou seja, orçamento, compensação, ou receitas próprias), para financiar os subprojetos do Programa ARPA. Esse mínimo de financiamento é definido em uma agenda (exclusiva para cada OG), seguindo uma trajetória de crescimento que chega a 100% do financiamento não-doador requerida até o final da vigência do FT. O GF deverá realizar este cálculo e disponibilizá-lo dentro da ferramenta da Fórmula que estará disponível no seu site para download.

Nova proposta:

Cada OG deverá reportar o montante de recursos financeiros não-salariais aportados nas UCs apoiadas, para financiamento dos marcos referenciais do Programa, os quais sejam complementares às doações do ARPA, ou seja, não ligados aos recursos provenientes do Fundo de Transição, tais como o orçamento, a compensação ambiental, as receitas próprias, o pagamento por serviços ambientais, a conversão de multas, o ICMS-Ecológico, o mecanismo REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) e similares, entre outras fontes. O valor médio do período de análise que deverá ser aportado anualmente para cada OG deverá ser condizente com a trajetória de crescimento percentual constante que chega a 100% dos custos em 2039, e será estabelecido pela modelagem financeira mais atual e sendo constantemente atualizado no site do Programa ARPA e publicado no momento de solicitação dos relatórios de contrapartida, via e-mail.

Adriana Moreira questiona o porquê do valor médio para aporte e não o valor total. Renata Gatti esclarece que isso já era previsto anteriormente e que a ideia é que haja um balanço de aportes, e que anos de menor aporte sejam compensados nos próximos anos.

Rosa Lemos pergunta a Paulo Carneiro se no ICMBio é possível fazer a relatoria da forma como descrito no texto. Paulo Carneiro informa que atualmente é difícil identificar na prestação

de contas onde foi aplicado cada recurso de contrapartida, além de não ser simples no âmbito contábil fazer a associação de onde vem o recurso e onde será alocado.

Manoel Serrão acrescenta que o objetivo é verificar se OG está direcionando recursos próprios para os objetivos de conservação das UCs e não para os MRs. Garantindo isso acredita que seja suficiente para atender ao objetivo do Programa.

Mariana Pereira concorda que talvez este detalhamento possa ser apresentado de modo mais geral e não engessado aos Marcos Referenciais pois, na grande maioria das vezes não há uma conversa direta entre MR e a alocação orçamentária do Estado.

Christian Lauerhass acrescenta que a preocupação para esta proposta é que a contrapartida governamental não seja recursos privados que já apoiam o Programa ARPA.

Aldo Souza pontua que não acha interessante que a contrapartida tenha restrição para fontes privadas, e possam ser avaliadas também as fontes indiretas de recurso dos governos.

Foi deliberado que a proposta de diferentes tipos de apoios uma vez que não se sobreponham aos recursos de contrapartida privada do mesmo doador do FT e modificam o trecho "...O valor médio do período de análise que deverá ser aportado anualmente para cada OG deverá ser condizente..." para "...O valor médio do período de análise que deverá ser aportado anualmente por cada OG deverá ser condizente..."

A nova redação das duas alterações propostas pelo MMA (sobre adesão de novas UCs ao ARPA e a descrição da CD nº 9) serão readaptadas e deliberadas pelos membros do CFT, via e-mail, e formalizaria na próxima reunião.

VI. ALTERAÇÕES MOP

- Proposições encaminhadas pelos membros do CFT.

Abaixo proposta de alteração no Anexo 3.2, apresentada pela Meg Symington:

Nº	Condição de Desembolso	Nível	Descrição	Periodicidade da avaliação	Indicador	Forma de verificação
2	Inexistência de perda líquida de UCs	ARPA	Não existe perda líquida: 1) de cobertura de área total protegida em hectares, 2) da qualidade ambiental de UCs, ou 3) da representatividade social e ecológica (usando os padrões geralmente aceitos), dentro do ARPA, tomando por base a cobertura de áreas de dezembro de 2013 mais as áreas de nova criação da Condição de Desembolso 8, tomando por base 60.2M ha. Além disso, não pode ocorrer vazamento: se uma UC do ARPA é desafetada ou diminuída e substituída por uma UC que não estava anteriormente no ARPA, tal substituição não pode resultar numa diminuição da área total de UCs semelhantes na Amazonia Brasileira como um todo.	Sempre	Hectares líquidos (diferença entre criação e desafetação) no ARPA, e (em caso de substituição) hectares líquidos de UCs na Amazonia Brasileira	Relatório e legislação de criação e desafetamento
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio	ARPA	ICMBio efetivamente recebe e executa em 2014, um orçamento de R\$17,6 milhões para despesas não-salariais do ARPA.	2015	R\$ executados pelo ICMBio (% da meta)	Envio de relatório
8	Criação de novas UCs (conforme planejamento)	ARPA	Área de UC oficialmente criada a partir de 1/1/2014 no âmbito do Programa ARPA (dos 5 tipos de UCs destacados neste MOP), inclusive instrumento legal (decreto ou lei).	2014: 1M ha; 2015: +2M ha; 2016: +3M ha; 2017: 20 depois: conforme plano de consolidação	Hectares criados agregados ao ARPA (% da meta)	Decretos de criação

Foi atualizado o trecho tachado pela proposta em vermelho e CFT deliberou pela aprovação.

VII. DELIBERAÇÃO DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CFT, DE 03 DE AGOSTO DE 2017: "... o desconto referente à condição de desembolso nº 8 (criação) ficará suspenso até maio de 2018, quando a regra prevista no MOP será novamente aplicada com base nos avanços em criação nesse período."

Mariana Pereira detalha que a proposta é que essa condição seja postergada para a próxima avaliação de desembolso para o biênio 2019/2020.

Meg sugere uma reavaliação em 2019 antes da aprovação do próximo planejamento.

Mariana Pereira pede que haja uma diluição de meta, para parte de 2019 e o restante em maio/2020, por conta da transição de governo de 2018 para 2019.

Adriana Moreira não concorda, e enfatiza que é necessário fazer o máximo esforço de criação justamente neste final/transição de governo.

Paulo Sodré propõe que a nova avaliação da condição de desembolso nº 8 seja revisada em 2019, antes da análise de desembolso para o próximo planejamento e todos os membros concordaram.

VIII. MODELO DE CUSTOS:

- Formalização de Comissão para definição do cenário de projeção do modelo de custo

Foi formalizada a Comissão para revisão do modelo de custos com Renata Gatti, Leonardo Geluda, Manoel Serrão.

Renata Gatti propõe que haja novos apoios agregados a esta Comissão a fim de ampliar os olhares sobre as análises e riscos nesse exercício. Meg Symington manifesta interesse em participar da comissão, proposta que é aceita. Paulo Sodré sugere que em algum momento na reunião seja debatido sobre o Subcomitê de Finanças, para ser revisto se Meg, Maitê, Paulo Sodré permanecem coordenando junto com a Pragma.

IX. ATUALIZAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO E INOVAÇÕES.

Fábio inicia a fala apresentando os números históricos de execução do FT até Abr/2018 com valores planejados, solicitados, executado e comprometido. Adriana Moreira questiona sobre a execução de recurso do POA 2014 e pergunta qual a previsão de finalização da execução. Além disso se preocupa com o fato de estarmos no final do ano e o valor solicitado é de apenas 9%. Além disso, aponta que essa é uma questão que deve ser cobrada aos OG pelo MMA.

Adriana Moreira continua destacando que há uma defasagem de execução considerando a diferença entre o EXECUTADO + COMPROMETIDO e o SOLICITADO, e pergunta ao Funbio qual a estratégia traçada para reduzir esse problema.

Aldo Souza acrescenta com a dúvida se a diferença corresponde ou atraso da execução ou solicitação.

Manoel Serrão esclarece que ambas as coisas acontecem. Uma das coisas é o grande montante de solicitações que chegam de uma só vez em períodos de finalização de POA e junto a isso se soma a capacidade de execução do Funbio somado considerando os prazos estabelecidos no MOP. Para resolver este ponto o Funbio tem traçado estratégias de aquisição e desenvolvido novas modalidades para otimizar os prazos de execução dos recursos.

Meg relembra em sua fala que historicamente os POs tem maior porcentagem de solicitações no 2º ano do planejamento.

Manoel Serrão também aponta que a porcentagem de execução tem aumentado em 30% ao ano e se encontra em um crescente (slide 19 – Apresentação Funbio).

Fábio continua a apresentação das inovações que estão sendo implementadas e em desenvolvimento:

- Contratação de pessoa física – Fábio lembra que antes era realizada via conta vinculada e que para atendimento ao eSocial o Funbio desenvolveu no sistema cérebro um módulo de solicitação de serviço de pessoa física e a partir de então a contratação será feita via Funbio e o pagamento do prestador de serviço realizado na conta do mesmo.
- Paulo Carneiro pergunta sobre aqueles prestadores de serviço que não tem conta bancária. Fábio detalha que o pagamento seguirá por meio de ordem bancária. Manoel Serrão detalha que essa alteração se deve ao novo sistema implantado pelo Governo Federal para recolhimento de impostos e cruzamentos de informações considerando os programas sociais vigentes. Paulo Carneiro continua demonstrando uma preocupação com relação às localidades que não possuem agência bancária e para esses casos deveria ser pensado em uma alternativa para manter a prestação do serviço.
- Cartão Combustível – Fábio informa que já está em fase de execução. Os gestores já estão em posse dos cartões e o início da execução será em julho/2018. Manoel Serrão lembra que essa foi uma demanda do ICMBio para alinhar o fornecimento de combustível do ARPA ao do ICMBio.
- Plataforma de Compras - Manoel Serrão detalha que é uma iniciativa para otimizar a aquisição de pequenas compras e está sendo realizada pesquisa de fornecedores.
- Passagens aéreas – aplicativo de passagem aéreas em teste dentro do Funbio.
- Newsletter do Programa Arpa – Helio Hara detalha sobre essa estratégia de comunicação, representada por um canal regular de boas notícias, acontecimentos importantes dentro do Programa, com histórias variadas, com foco prático, emocional, belas imagens. A previsão para divulgação da primeira edição é Jul./2018. Maurício Voivodic aproveita a fala para lembrar da proposta do GT de comunicação do ARPA que está sendo pensada para ser apresentada ao CFT. Adriana Moreira pede que seja inserida no GT de Comunicação a representante da área de comunicação do Banco Mundial.
- Escritório Brasília – Rosa Lemos detalha que o escritório foi alugado, passou por reforma e estaria sendo mobiliado.
- Foi apresentado o planejamento de aporte de pessoal na equipe de compras do Funbio.
- Contratação de funcionários para o escritório de Brasília (Apoio ao MMA) – Rosa Lemos diz que a equipe que atuará em Brasília ainda está em fase de definição, mas em breve haverá profissionais atuando no apoio ao cumprimento das demandas dos projetos junto ao MMA. Fábio finaliza falando sobre a ação de embarcações que está sendo planejada para regularizar piloteiros e embarcações na região norte. Foi feita um a parceria do Funbio com a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental e será promovida em junho uma capacitação, em Tefé-AM, para os piloteiros da região e que atuam junto aos gestores em atividades nas UCs apoiadas pelo Arpa na região.

X. ATUALIZAÇÃO SOBRE A CONTRATAÇÃO DO GESTOR DE ATIVOS INTERNACIONAIS.

Christian Lauerhass informa que o KfW abriu novamente a licitação e foram recebidas quatro propostas técnicas que já foram avaliadas: PRAGMA Gestão de Patrimônio Ltda., PIMCO Latim América Administradora de Carteiras Ltda., Deutsche Bank S.A. e Bank Julius Baer & Co. Ltd. O próximo passo, previsto para ser realizado na semana seguinte ao CFT, em São Paulo, seria a entrevista com os candidatos e posterior abertura das propostas financeiras.

Paulo Sodré informa que o comitê de gestão de ativos do Funbio procederá junto ao KfW com a entrevista dos candidatos.

Christian Lauerhass continua a fala informando sobre a auditoria que o KfW realiza nos seus maiores projetos e considerando o processo de finalização da Fase 2, no qual o KfW investiu 20 milhões de euros e, como procedimento de finalização do contrato será contratado um consultor para fazer a avaliação final. Serão escolhidas as UCs, junto com o Funbio para visitação por este consultor. Christian Lauerhass convida o MMA e outros membros para acompanhar.

Por fim Christian Lauerhass comenta sobre a participação dos doadores do FT que ocupam 3 assentos no CP e permanecem por um prazo de 2 anos. Como no final do ano terá nova reeleição, ele informa que o KfW será voluntário para ocupar a vaga.

Paulo Sodré esclarece apenas que o assento é com representante do CFT no CP e não do KfW no CP e podem ser especialistas externos. Foi encaminhada a inserção desse ponto de pauta na próxima reunião.

XI. ATUALIZAÇÃO SOBRE PROGRAMA PAISAGENS SUSTENTÁVEIS (DOAÇÃO GEF).

Adriana Moreira informa que falta pouco para declarar a efetividade do Programa, e assim que houver assinatura do ICMBio será realizado o primeiro desembolso. Adriana Moreira pretende que isso se dê antes da finalização do ano fiscal do Banco Mundial (30/jul). Ela continua lembrando que o projeto foi assinado no ano passado e muito trabalho tem sido empenhado no atendimento das condições de desembolso. Também menciona a alta do dólar como boa fase para internalizar o recurso. O Funbio pode escolher se coloca na conta do gestor de ativos internacionais.

Adriana Moreira informa que na carta de desembolso, o Funbio assinou que receberá o dinheiro transformado em reais. Mas Rosa Lemos disse que o gestor de ativos internacionais mantém parte do dinheiro no Brasil e parte fora, o gestor define.

Paulo Sodré sugere discutir isso junto com o gestor de ativos na próxima reunião. Adriana Moreira relembra as condições de desembolso:

- ✓ 1º desembolso (USD 10 milhões): Efetividade -- depende apenas da assinatura da Silvana Canuto e ACT com ICMBio e comprovação dos depósitos anteriores no FT;
- ✓ 2º desembolso (USD 10 milhões): pelo menos uma assinatura formal de execução de um termo de compromisso de compensação ambiental;
- ✓ 3º desembolso (USD 10 milhões): enquadramento do BNDES (proposta do BNDES).

Os desembolsos não estão vinculados aos anos de duração do projeto, mas apenas às condições de desembolso.

XII. PROPOSTAS COPAÍBAS - NORUEGA USD 55 MILHOES

Rosa Lemos fala sobre a proposta da Noruega, e nas negociações com o doador e com o governo houveram algumas alterações. Foi então acordado com o MMA e ICMBio uma versão menor do ARPA para o Cerrado com 19 UCs federais, somando 4 milhões de hectares com apoio de USD 25 milhões, para 5 anos e os outros USD 25 milhões serão divididos para UCS da Amazônia (fora do FT), TIs, cadeias produtivas, políticas públicas e *advocacy* em favor das UCs. Rosa Lemos informa que em reunião na semana passada com representa da Noruega não houve pedido de alteração na proposta. Rosa Lemos informa que no momento, a Noruega está fazendo um parecer positivo para a NORAD que também tem que avaliar a proposta

Rosa Lemos convida os doadores originais que montaram o ARPA original a pensar na possibilidade de doações para essa proposta nova – COPAIBAS (*Community Protected Areas and Indigenous Brazilian Amazon Savannas*). A expectativa é que em Set/2018 seja assinado.

Paulo Sodré pergunta se esse recurso vai entrar no ARPA ou BNDES (Fundo Amazônia), e Rosa Lemos detalha que será separado do FT.

Paulo Sodré pergunta como serão executados os valores destinados para a Amazônia. Rosa Lemos explica que serão abertos editais e chamadas para projetos, com foco em arranjos produtivos. Paulo Sodré pergunta se há alguma interação com as UCs do ARPA, Rosa Lemos explica que pode ser que o Projeto apoie algumas áreas de uso sustentável do ARPA.

XIII. PROPOSTAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O FT.

- **Proposta BNDES.**

Manoel Serrão informa que o Funbio concluiu a proposta com o acréscimo de valor que havia sido sugerido de 70 milhões e teve reunião com BNDES. O BNDES informou que antes de submeter o projeto é importante alinhar o projeto com a PRADA, parceira interna de análise de todos os projetos candidatos a serem apoiados pela casa. Este setor analisa e procura compreender a demanda e enquadramento do projeto nos moldes da casa. O BNDES sugeriu também que houvesse uma reunião com o corpo jurídico para alinhar as negociações. Nessa proposta, além de incluir os custos Funbio, acrescentou-se também uma proposta de rádio do ICMBio.

De acordo com a proposta são R\$ 54 milhões para os POs federais e os demais recursos são complementares. Os núcleos de gestão integrada do ICMBio, NGIs, não estão neste valor, mas serão contemplados.

O projeto foi muito bem recebido pela nova equipe responsável no BNDES. Manoel Serrão propõe que haja reunião com a equipe de enquadramento que analisa projetos para explicar o Programa Arpa e também uma conversa com o jurídico do Banco, pois este considera que o prazo para os ACTs com os governos é muito longo. Como os ACTs do Arpa já existem seria bom mostrar isso a eles. Na semana seguinte ao CFT haveria esta reunião. Outro tema é a anuência formal do ICMBio, e do MMA.

Paulo Carneiro pergunta quem do ICMBio está acompanhando a proposta deste projeto. Manoel Serrão detalha que Silvana Canuto está representando o ICMBio e que no MMA a UCP está acompanhando. Rosa Lemos fala com Paulo Carneiro sobre a importância do posicionamento do ICMBio como a favor do projeto perante o BNDES.

Rosa Lemos detalha que o BNDES não entra no FT mas contabiliza para os objetivos

Paulo Carneiro informa que fará contato com BNDES informando que o ICMBio está acompanhando e faz parte dessa proposta, no intuito de agilizar uma resposta do BNDES, além de dar mais peso institucional à proposta.

XIV. Apresentação Anglo American.

- Panorama geral da atuação da Anglo American no território brasileiro, com foco na Amazônia Legal.

Aldo Souza inicia sua fala informando que a Anglo American tem operações no Brasil nos Estados de Goiás, Minas Gerais e no Rio de Janeiro de Conceição do Mato Dentro à Barra de São João. A empresa tem direitos minerários em todos os estados brasileiros, inclusive em estados da Amazônia Legal, mas em nenhum deles há qualquer tipo de operação ou mesmo sondagem, exceto no Mato Grosso, onde há intenção de vender o direito minerário de uma área porque está em zona de fronteira e empresas internacionais não podem explorar e não há viabilidade econômica na exploração. Não há planejamento ou estratégia para a exploração dos direitos em

LA

áreas da Amazônia, mas se houver modificação a empresa informará ao CFT. A empresa enviará por escrito a informação da localização de suas concessões para o Funbio.

Paulo Sodré solicita que seja enviado para o comitê um detalhamento de descrição da localização das áreas com direito de mineração que a Anglo possui na região da Amazônia Legal.

- Reporte sobre o incidente Anglo American Brasil: Mineroduto Minas-Rio.

Aldo Souza detalha o tipo de vazamento que ocorreu no mineroduto no acidente ocorrido entre os dias 12 e 22 de março de 2018.

Aldo Souza, Diretor de sustentabilidade e responsável legal estatutário da empresa, fala sobre o incidente de 12 de março no mineroduto Minas-Rio, e um segundo vazamento de menor porte, em 29 de março. Isso paralisou as atividades do Mineroduto, que deve permanecer fora de operação até novembro de 2018. Aldo Souza informa que foi gerado um relatório sobre o incidente de maio, documento distribuído para o CFT, e que entre julho e agosto enviará atualização deste documento para o CFT. Também tem sido feito trabalho de comunicação sobre o incidente e recuperação da área. Além disso, estaria sendo realizado um trabalho de junto aos funcionários e acionistas, pois em função do acidente houve uma perda no valor acionário de 400 milhões de dólares (5% do EBTDA deste ano).

Foi realizada uma apresentação detalhada do incidente ocorrido e das medidas de resposta adotadas pela Anglo American. Na Anglo, este incidente foi classificado de nível 4, em escala que varia de 1 a 5. Além disso a Anglo apresentou informações de como está sendo conduzido o serviço de concerto da parte afetada do mineroduto.

Por fim foi informado que todas as informações estão na página do *Facebook* da Anglo e no relatório encaminhado ao CFT. A Anglo vai realizar a reposição florestal de espécies nativas na região para reestabelecer a mata ciliar do córrego afetado buscando formar um corredor natural, as ações contribuirão para um novo equilíbrio ambiental. A empresa Agroflora foi contratada para realização do projeto de reposição florestal.

XV. Discussão sobre nova rodada de captações privadas:

Apresentação de possíveis empresas para captação privada, contemplando a diversidade de setores empresariais e ausência de interesse na região Amazônia. Tiago Alves apresentou ao CFT uma lista de empresas propondo uma estratégia para captação em sua apresentação. Tiago Alves propôs colocar essa estratégia em um documento.

Maurício Voivodic questionou se já existente um material para captação de recursos e Manoel Serrão diz que sim e que o grande argumento para convencimento de novos doadores são os objetivos do ARPA, pois neste momento o Programa já tem resultados bastante expressivos.

Anglo ficou de elaborar um plano de ação e apresentar para o CFT e foi aprovada a proposta de captação de recursos privados.

XVI. Estratégia de Comunicação do Programa ARPA.

Maurício Voivodic apresentou a estratégia de comunicação desenhada para o Programa, informando que uma empresa foi contratada para elaborar um material de modo a humanizar e mostrar o impacto do ARPA na sociedade e nas áreas protegidas propriamente ditas.

Manoel Serrão sugere que uma oportunidade seria agregar o material produzido, nas estratégias de captação de recursos. Maurício Voivodic fala que na próxima reunião do CFT será

apresentado um material mais consolidado e gostaria de propor a reativação do grupo de trabalho de comunicação do ARPA. É necessário formalizar um GT composto pelos representantes de cada parceiro, mas que conduza a disseminação de comunicação do ARPA.

Maurício Voivodic se propõe a contatar os parceiros para formalizar este grupo de trabalho para a próxima reunião.

Meg informou que a WWF iria percorrer seis áreas protegidas que recebem apoio do ARPA justamente para constatar o sucesso do programa.

Maurício Voivodic propõe que haja um encontro desse GT e Paulo Carneiro pede que a comunicação do ICMBio seja inserida na proposta.

XVII. Eleição para presidência CFT.

Paulo Sodré indica o nome de Luis Souza como novo presidente e Avecita Chicchón como vice-presidente. Não houve outra indicação de candidato para a vaga da presidência e nenhum membro do Comitê apresentou objeção à indicação.

XVIII. Encerramento

Agradecimentos pelo trabalho realizado por Paulo Sodré a frete da presidência do CFT e boas-vindas ao novo presidente Luis Antônio Semeghini de Souza.

Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
DELIBERAÇÃO: Os doadores concordaram com a contabilização de UCs que receberam apoio indireto do ARPA para o alcance da meta de criação.	-
DELIBERAÇÃO: Os doadores deliberaram que a entrada de novas UCs no Programa terá um grau adaptado (grau mínimo) e não haverá um rebaixamento do grau 1 para adesão de novas áreas protegidas; As novas UCs terão um prazo diferente para consolidação; e não impactarão negativamente o cálculo para desembolso de recurso para as UCs já pertencentes ao ARPA.	-
DELIBERAÇÃO: Os doadores aceitam o conceito da nova proposta dos diferentes tipos de apoios uma vez que não se sobreponham aos recursos de contrapartida privada do mesmo doador do FT e modificam o trecho "...O valor médio do período de análise que deverá ser aportado anualmente para cada OG deverá ser condizente..." para "...O valor médio do período de análise que deverá ser aportado anualmente por cada OG deverá ser condizente..."	-

41

Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
DELIBERAÇÃO: Foi aprovada a atualização do anexo 3.2 do MOP .	
DELIBERAÇÃO: A avaliação da condição de desembolso nº8 será realizada em 2019, antes da análise de desembolso para o próximo planejamento bianual.	
DELIBERAÇÃO: Foi formalizada a comissão de revisão do modelo de custo.	
ENCAMINHAMENTO: Revisar a redação do trecho sobre a adesão de novas UCs ao ARPA apresentado coo proposta de alteração do MOP, buscando deixar evidente que a inclusão não acontecerá de forma deliberativa, mas que será analisada de forma distinta, caso a caso, mediante à disponibilidade de recurso.	MMA
ENCAMINHAMENTO: Revisar a redação das duas alterações propostas pelo MMA (sobre adesão de novas UCs ao ARPA e a descrição da CD nº 9). O texto revisado será deliberado pelos membros do CFT, via e-mail, e formalizaria na próxima reunião.	MMA
ENCAMINHAMENTO: Inserir como ponto de pauta da próxima reunião a eleição de representante do CFT no Comitê do Programa	Funbio
ENCAMINHAMENTO: Contatar BNDES para informar que o ICMBio está acompanhando e faz parte da proposta apresentada pelo Funbio, a fim de agilizar a resposta e reforçar o caráter institucional à proposta.	Paulo Carneiro/ICMBio
ENCAMINHAMENTO: Enviar para o CFT um detalhamento de descrição da localização das áreas com títulos minerários que a Anglo American possui na Amazônia Legal.	Anglo American
ENCAMINHAMENTO: Elaborar plano de ação para captação de recursos privados e apresentar para o CFT na próxima reunião.	Anglo American
ENCAMINHAMENTO: Convocar um encontro do GT de comunicação.	Maurício Voivodic (WWF)

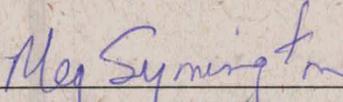
Rio de Janeiro, 07 de junho de 2018.

Anexo 1: Cronograma de resgate do FT para 2018.

Projeção de saque do FT (R\$)	
10/05/2018	9.000.000,00
10/07/2018	8.000.000,00
10/09/2018	8.000.000,00
10/11/2018	10.000.000,00
Total	35.000.000,00

Membros do CFT institucionais:

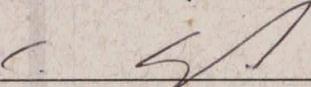
Antonio Paulo de Azevedo Sodré (WWF/Brasil)



Meg Symington (WWF/US)

x

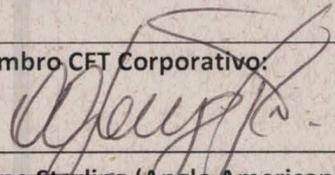
Avecita Chicchon (Moore Foundation)



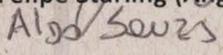
Christian Lauerhass (KfW)

Gustavo Fonseca (GEF/Brasil)

Membro CFT Corporativo:



Felipe Starling (Anglo American)


Membro CFT Governo:

Warwick Manfrinato (MMA/Brasil)

Marcelo de Paula (MPOG/Brasil)

Equipe técnica do governo:

Marcelo Cruz (MMA/Brasil)

Marcus Barreto (MPDG/SOF)

Thiago Gil Barros (MMA/Brasil)

Renata Caroline Gatti

Renata Gatti (MMA/Brasil)

Consultor Intrínseco:

Paulo Carneiro (ICMBio)

Adriana Leão (ICMBio)

Secretaria Executiva do CFT:

Rosa Lemos
Secretária Geral do Funbio

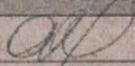
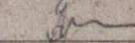
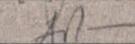
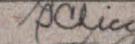
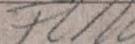
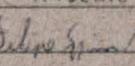
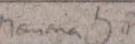
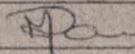
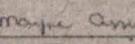
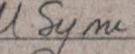
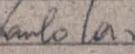
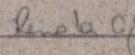
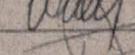
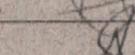
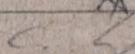
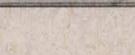
Manoel Serrão
Superintendente de Programas do Funbio

Fábio Ribeiro Silva
Gerente do Programa Arpa no Funbio

Mayne Assunção Moreira

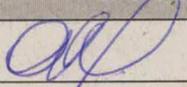
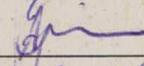
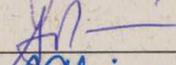
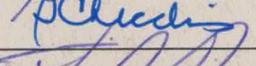
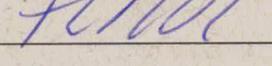
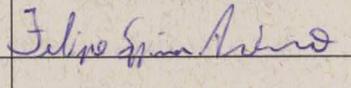
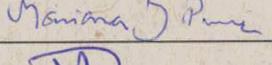
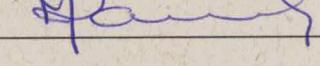
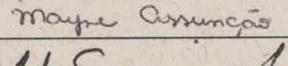
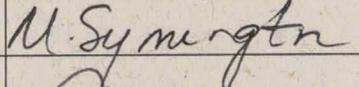
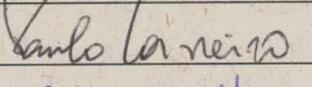
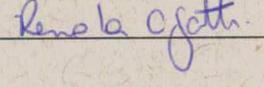
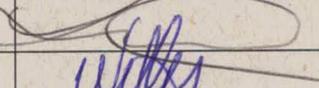
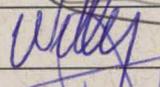
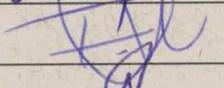
Mayne Assunção Moreira
Assistente do Programa Arpa no Funbio

Anexo2: Lista de Presença

 				
<p align="center">13º Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição – 07/06/2018 Rio de Janeiro-RJ</p>				
LISTA DE PRESENÇA – 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO				
Nº	Nome	Instituição	Contato	Assinatura
1	Adriana Leão	DPES/ICMBio	adriana.leao@icmbio.gov.br	
2	Adriana Moreira	Banco Mundial	amoreira@worldbank.org	
3	Antonio Paulo Sodré	WWF-BR	apasodre@gmail.com	
4	Avecita Chicchón	Gordon and Betty Moore	Avecita.Chicchon@moore.org	
5	Fábio Ribeiro	Gerência ARPA/Funbio	fabio.ribeiro@funbio.org.br	
6	Felipe Moreira	Anglo American	felipe.starling@angloamerican.com	AUSENTE
7	Felipe Spina	WWF/Brasil	felipeavino@wwf.org.br	
8	Fernanda Marques	Funbio	fernanda.marques@funbio.org.br	
9	Manoel Serrão	Funbio	manoel.serrao@funbio.org.br	
10	Mariana Graciosa	UCP/MMA	mariana.pereira@mma.gov.br	
11	Marcelo de Paula	SEAIN/MPDG	marcelo.paula@planejamento.gov.br	
12	Maurício Voivodic	WWF	mauricio@wwf.org.br	
13	Mayne Moreira	Assistente de Projetos ARPA/Funbio	mayne.moreira@funbio.org.br	
14	Meg Symington	WWF-US	meg.symington@wwfus.org	
15	Miguel Lanna	KFW	miguel.lanna@kfw.de	
16	Moara Giasson	MMA	moara.giasson@mma.gov.br	AUSENTE
17	Paulo Carneiro	DIMAN/ICMBio	paulo.carneiro@icmbio.gov.br	
18	Renata Gatti	UCP/MMA	renata.gatti@mma.gov.br	
19	Rosa Lemos de Sá	Secretária-Geral/Funbio	rosa.lemos@funbio.org.br	
20	Tiago Alves	Anglo American	tiago.alves@angloamerican.com	
21	Welles Matias	DRE/MMA	welles.abreu@mma.gov.br	
22	Flavia Neuvani	ASTOR/FUNBIO	FLAVIA.NEVANI@FUNBIO.ORG.BR	
23	Aldo Souza	Anglo American	ALDO.SOUZA@ANGLOAMERICAN.COM	
15	christian.cadambross@kfw.de			

13º Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição – 07/06/2018 Rio de Janeiro-RJ

LISTA DE PRESENÇA – 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO

Nº	Nome	Instituição	Contato	Assinatura
1	Adriana Leão	DPES/ICMBio	adriana.leao@icmbio.gov.br	
2	Adriana Moreira	Banco Mundial	amoreira@worldbank.org	
3	Antonio Paulo Sodré	WWF-BR	apasodre@gmail.com	
4	Avecita Chicchón	Gordon and Betty Moore	Avecita.Chicchon@moore.org	
5	Fábio Ribeiro	Gerência ARPA/Funbio	fabio.ribeiro@funbio.org.br	
6	Felipe Moreira	Anglo American	felipe.starling@angloamerican.com	AUSENTE
7	Felipe Spina	WWF/Brasil	felipeavino@wwf.org.br	
8	Fernanda Marques	Funbio	fernanda.marques@funbio.org.br	
9	Manoel Serrão	Funbio	manoel.serrao@funbio.org.br	
10	Mariana Graciosa	UCP/MMA	mariana.pereira@mma.gov.br	
11	Marcelo de Paula	SEAIN/MPDG	marcelo.paula@planejamento.gov.br	
12	Maurício Voivodic	WWF	mauricio@wwf.org.br	
13	Mayne Moreira	Assistente de Projetos ARPA/Funbio	mayne.moreira@funbio.org.br	
14	Meg Symington	WWF-US	meg.symington@wwfus.org	
15	Miguel Lanna	KfW	miguel.lanna@kfw.de	
16	Moara Giasson	MMA	moara.giasson@mma.gov.br	AUSENTE
17	Paulo Carneiro	DIMAN/ICMBio	paulo.carneiro@icmbio.gov.br	
18	Renata Gatti	UCP/MMA	renata.gatti@mma.gov.br	
19	Rosa Lemos de Sá	Secretária-Geral/Funbio	rosa.lemos@funbio.org.br	
20	Tiago Alves	Anglo American	tiago.alves@angloamerican.com	
21	Welles Matias	DRE/MMA	welles.abreu@mma.gov.br	
22	FLAVIA NEVIANI	ASSOR/FUNBIO	FLAVIA.NEVIANI@FUNBIO.ORG.BR	
23	ALDO SOUZA	Anglo American	ALDO.SOUZA@ANGLOAMERICAN.COM	
15	christian. lauerhass@kfw.de			